

tiago v. zanella

manual de
| direito do
MAR



Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Tiago V. Zanella.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Araes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Leticia Robini de Souza (Sob imagem de Roman Kraft, via VisualHunt)
<i>Diagramação</i>	Bárbara Rodrigues da Silva Christiane Morais de Oliveira Leticia Robini de Souza

1104112

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

ZANELLA, Tiago V.

Manual de direito do mar -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-574-0

1. Direito. 2. Direito Internacional. I. Título. II. Artigos

CDU341

CDD341.1

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



sumário

APRESENTAÇÃO	25
NOTAS INTRODUTÓRIAS E CONCEITOS	29
1. Razões justificativas do âmbito do estudo do Direito do Mar	29
2. Questões terminológicas	33
3. Concepção jurídica de Mar	36
4. Fontes	37
PARTE 1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO MAR	41
1. ANTIGUIDADE	43
2. PERÍODO ROMANO	47
3. IDADE MÉDIA	51
4. IDADE MODERNA	55
4.1. Mare Clausum x Mare Liberum	56
4.2. Século XVIII	62
5. IDADE CONTEMPORÂNEA	67
5.1. Século XIX	67
5.2. Século XX	69
5.2.1. Conferência de 1930	69
5.2.2. Pós II Guerra Mundial	70
5.3. I Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	72

5.4. II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	76
5.5. III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	77
PARTE 2 – TÓPICOS FUNDAMENTAIS DE DIREITO DO MAR.....	85
6. O ESTATUTO JURÍDICO DOS NAVIOS.....	87
6.1. Definição e classificação.....	87
6.2. Individualidade e nacionalidade.....	90
6.3. Bandeiras de conveniência.....	95
6.4. Navios de Guerra e outros navios de Estado utilizados para fins não comerciais.....	99
7. ESTADOS INTERIORES (SEM LITORAL).....	103
8. LINHAS DE BASE.....	109
8.1. Linhas de base normal.....	109
8.2. Linhas de base reta.....	110
9. BAÍAS E GOLFOS.....	113
9.1. Conceito de baía.....	113
9.2. Delimitação de baía.....	113
9.3. Baías históricas.....	114
9.4. Baía delimitada por mais de um Estado.....	115
9.5. Conceito de golfo.....	115
PARTE 3 - O DIREITO DO MAR NOS DIVERSOS ESPAÇOS MARÍTIMOS.....	117
10. ÁGUAS INTERIORES.....	119
10.1. Conceito.....	119
10.2. Regime Jurídico.....	120
10.3. O acesso aos portos por embarcação estrangeira.....	125
10.4. Locais de refúgio - o acesso aos portos por embarcações em perigo.....	134
11. MAR TERRITORIAL.....	149
11.1. Conceito.....	149
11.2. Delimitação.....	150

11.3. Natureza Jurídica.....	155
11.4. Regime jurídico.....	161
11.5. Passagem inocente.....	166
11.5.1. Evolução do conceito.....	166
11.5.2. Passagem Inocente Vs Passagem Prejudicial.....	168
11.5.3. Titular do direito de passagem inocente.....	170
11.5.4. Regras Especiais.....	171
11.5.4.1. Passagem inocente de Navios de Guerra.....	172
11.5.5. Direitos e deveres.....	175
11.5.5.1. Suspensão da passagem inocente.....	179
12. ESTREITOS INTERNACIONAIS.....	181
12.1. Conceito.....	181
12.2. Evolução histórica.....	182
12.3. Regime Jurídico.....	184
13. ÁGUAS ARQUIPELÁGICAS.....	193
13.1. Conceito.....	193
13.2. Evolução Histórica.....	194
13.3. Natureza Jurídica.....	197
13.4. Linhas de base arquipelágicas.....	198
13.5. Regime jurídico.....	202
14. ILHAS.....	207
15. ZONA CONTÍGUA.....	211
15.1. Conceito.....	211
15.2. Delimitação.....	214
15.3. Natureza Jurídica.....	216
15.4. Regime Jurídico.....	219
15.4.1. Achados de Natureza Arqueológica e Histórica.....	223
16. ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA.....	227
16.1. Conceito.....	227
16.2. Delimitação.....	234

16.3. Natureza Jurídica	237
16.4. Regime Jurídico	240
16.4.1. Direitos soberanos	240
16.4.2. Direitos de jurisdição	243
16.4.2.1. Colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas	243
16.4.2.2. Investigação científica marinha	247
16.4.2.3. Proteção e preservação do meio marinho	247
16.4.3. Direitos e deveres dos outros Estados	252
16.4.4. Direito de visita, arresto e controvérsias	256
17. ALTO MAR	261
17.1. Conceito	261
17.2. Delimitação	263
17.3. Natureza Jurídica	264
17.3.1. Res Nullius	264
17.3.2. Res Communis	266
17.3.3. Teoria da juridicidade	267
17.3.4. Teoria da utilização razoável	268
17.3.5. O direito internacional atual	269
17.4. Regime Jurídico	270
17.4.1. Princípios	270
17.4.1.1. Liberdade de uso	270
17.4.1.2. Igualdade de uso	271
17.4.1.3. Uso pacífico	271
17.4.1.4. Preservação do meio ambiente	273
17.4.2. Liberdades	275
17.4.2.1. Liberdade de navegação	277
17.4.2.2. Liberdade de sobrevoo	281
17.4.2.3. Liberdade de colocar cabos e dutos submarinos	283
17.4.2.4. Liberdade de construir ilhas artificiais e outras instalações	286
17.4.2.5. Liberdade de investigação científica	287

18. PLATAFORMA CONTINENTAL	289
18.1. Conceito	289
18.2. Delimitação	292
18.3. Natureza Jurídica	301
18.4. Regime Jurídico	303
18.5. Guerra da Lagosta	311
18.6. A Plataforma Continental Brasileira	327
18.6.1. Características e importância	327
18.6.2. Evolução da legislação brasileira	329
18.6.3. O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)	332
18.6.4. A submissão do Brasil à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC)	333
18.6.4.1. As objeções dos Estados Unidos e o Adendo brasileiro	335
18.6.4.2. A decisão/recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental à submissão brasileira	337
18.6.4.3. A nova submissão brasileira	340
18.6.4.4. As consequências e futuro do pleito brasileiro	341
19. ÁREA	347
19.1. Conceito	347
19.2. Delimitação	348
19.3. Natureza Jurídica	350
19.4. Regime Jurídico	353
19.4.1. Princípios	354
19.4.2. Atividades desenvolvidas na Área	357
19.4.2.1. Investigação Científica e prospecção de recursos	357
19.4.2.2. Exploração dos recursos da Área	360
19.4.2.2.1. Áreas reservadas	365
19.4.2.2.2. Políticas de produção	365
19.4.3. Transferência de tecnologia	367

19.4.4. Proteção do meio marinho.....	371
19.4.5. Comissão Preparatória – regime institucional provisório.....	372
19.4.6. O Acordo relativo à implementação da Parte XI.....	373
19.4.6.1. Considerações introdutórias.....	374
19.4.6.2. A Parte XI após o Acordo de 1994.....	377
19.5. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.....	381
19.5.1. Características gerais.....	381
19.5.2. Finalidades.....	382
19.5.3. Poderes e Limites.....	383
19.5.4. Órgãos da Autoridade.....	385
19.5.4.1. A Assembleia.....	386
19.5.4.2. O Conselho.....	387
19.5.4.3. O Secretariado.....	390
19.5.4.4. A Empresa.....	391
PARTE 4 – JURISDIÇÃO NO MAR.....	393
20. CONTROLE PELO ESTADO DO PORTO.....	395
20.1. Memorandum of Understanding - MOU.....	403
21. JURISDIÇÃO DO ESTADO COSTEIRO EM MAR TERRITORIAL.....	411
21.1. Jurisdição Penal em Mar Territorial.....	411
21.1.1. Roubo.....	417
21.1.2. Casos especiais.....	419
21.1.3. Jurisdição Penal em Mar Territorial Brasileiro.....	422
21.1.3.1. Lei penal no espaço.....	422
21.1.3.2. Recepção de tratado no ordenamento jurídico brasileiro.....	423
21.1.3.3. A aplicação da lei penal brasileira aos casos de crimes em mar Territorial.....	426
21.2. Jurisdição Civil em Mar Territorial.....	433
21.3. Direito de Perseguição.....	438
21.4. O poder de jurisdição do Estado costeiro em Mar Territorial para a proteção do meio marinho.....	443

22. JURISDIÇÃO DO ESTADO COSTEIRO EM ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA	449
22.1. O poder de jurisdição do Estado costeiro em zona econômica exclusiva para a proteção do meio marinho.....	450
23. JURISDIÇÃO DO ESTADO COSTEIRO NOS ESTREITOS INTERNACIONAIS	455
24. JURISDIÇÃO DO ESTADO COSTEIRO E DO PORTO EM ALTO MAR	459
24.1. A aplicação da jurisdição do Estado do Porto (Port State Jurisdiction – PSJ).....	461
24.2. Acidentes marítimos.....	466
PARTE 5 – ATOS ILÍCITOS NO MAR	469
25. DIREITO DE VISITA E ATOS ILÍCITOS NO MAR	471
25.1. Direito de visita.....	471
25.2. Atos ilícitos no mar.....	472
25.2.1. Pirataria.....	473
25.2.2. Tráfico de escravos.....	476
25.2.3. Tráfico de estupefacientes.....	478
25.2.4. Transmissões de rádio e televisão não autorizadas.....	480
26. TERRORISMO NO MAR	483
26.1. Principais ataques terroristas no mar.....	485
26.1.1. Achille Lauro.....	485
26.1.2. USS Cole.....	487
26.1.3. M/V Limburg.....	488
26.1.4. Super Ferry 14.....	489
26.2. A Regulação internacional do Terrorismo no Mar.....	489
26.2.1. Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima (SUA Convention).....	491
26.2.2. Protocolo de 2005 à SUA Convention.....	494

PARTE 6 – PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO MARINHO	497
27. A EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO DO MEIO MARINHO PELO DIREITO INTERNACIONAL DO AMBIENTE	499
27.1. Os grandes desastres ambientais marinhos e suas consequências para o meio ambiente	514
27.1.1. Torrey Canyon	516
27.1.2. Erika	519
27.1.3. Prestige	521
28. A PROTEÇÃO DO MEIO MARINHO NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR	525
29. AS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS	531
29.1. As modalidades de áreas marinhas protegidas	534
29.1.1. As áreas particulares do artigo 211, n. 6 da CNUDM	534
29.1.2. As áreas cobertas de gelo do artigo 234 da CNUDM	535
29.1.3. As áreas especiais MARPOL	539
29.1.4. As Zonas Marinhas Particularmente Sensíveis (ZMPS)	542
30. A REGULAÇÃO DA PROTEÇÃO DO MEIO MARINHO PARA A PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR NAVIOS	547
30.1. Poluição por óleo	547
30.1.1. Normas procedimentais globais para prevenir a poluição por óleo de navios	553
30.2. Emissões atmosféricas	555
30.3. Alijamento	557
30.3.1. A poluição marinha por plásticos	562
30.4. Água de Lastro	564
30.4.1. Convenção sobre Água de Lastro	567
31. A REGULAÇÃO DA PESCA NO MAR	573
31.1. Liberdade de pesca	573
31.2. Acordo de 1995	578

PARTE 7 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	581
32. O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIREITO DO MAR	583
32.1. O sistema de solução de controvérsias implementado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	583
32.2. A solução de controvérsias ambientais	589
33. TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR	595
33.1. A organização do Tribunal Internacional do Direito do Mar	597
33.1.1. Os Juízes	597
33.1.1.1. Os Juízes Ad Hoc	598
33.1.1.2. Deveres, prerrogativas e imunidades dos membros	600
33.1.2. As atribuições do Presidente e Vice-Presidente	601
33.2. A jurisdição do Tribunal Internacional do Direito do Mar	603
33.2.1. Competência e Acesso ao TIDM	603
33.2.2. O Direito aplicável aos litígios no TIDM	606
33.2.3. Medidas Provisórias	607
33.2.4. Pronta libertação das embarcações e das suas tripulações	609
33.2.5. O processo no TIDM	613
33.3. Câmaras do Tribunal Internacional do Direito do Mar	616
33.3.1. Câmara de Procedimentos Sumários	616
33.3.2. Câmaras especiais	616
33.3.2.1. Câmara para litígios de pesca	618
33.3.2.2. Câmara para litígios ambientais	618
33.3.2.3. Câmara de Disputas sobre Delimitação Marítima	619
33.3.2.4. Câmaras ad hoc	619
33.3.3. Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos	620
PARTE 8 - ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL	623
34. A ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL	625
34.1. Antecedentes históricos: a criação da Organização Marítima Internacional (OMI)	625

34.2. Organização Marítima Internacional como uma agência especializada das Nações Unidas.....	630
34.3. Principais características da OMI.....	631
34.3.1. Composição e sede.....	631
34.3.2. Objetivos.....	633
34.3.3. Funções e fins.....	637
34.4. Estrutura orgânica.....	638
34.4.1. Assembleia.....	638
34.4.2. Conselho.....	639
34.4.3. Comitê de Segurança Marítima (MSC).....	640
34.4.4. Comitê de Proteção do Meio Marinha (MEPC).....	640
34.4.5. Comitê de Cooperação Técnica.....	641
34.4.6. Comitê de Facilitação.....	642
34.4.6. Comitê Jurídico.....	642
34.4.7. Secretariado.....	643
34.5. O papel da OMI na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	643
PARTE 9 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO.....	645
35. REGRAS DE SEGURANÇA MARÍTIMA.....	647
35.1. O dever de assistência no mar.....	647
35.2. Regras para evitar abalroamento no mar.....	649
35.3. Sistemas de informações de navios (Ship Reporting Systems - SRS).....	653
35.4. Serviços de tráfego marítimo (Vessel Traffic Services - VTS).....	655
35.5. O estabelecimento de rotas de navegação (Ships' Routeing Measures).....	658
36. SALVAMENTO MARÍTIMO.....	665
36.1. O Princípio No Cure No Pay.....	670
36.1.1. A relativização do princípio no cure no pay para a proteção do meio ambiente marinho.....	671
37. NOTAS CONCLUSIVAS.....	675
BIBLIOGRAFIA.....	679